

ANEXO I – PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIAS – EXERCÍCIO DE 2026

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	OBJETIVOS	RISCO E RELEVÂNCIA	DATA/ PERÍODO	Nº DE AUDIT ORES
1	Análise mandatória: Auditoria nas Contas de 2025: Emissão do Parecer Conclusivo sobre a Prestação de Contas do Ordenador de Despesas do exercício de 2025, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES).	Verificar a conformidade da Prestação de Contas e emitir a opinião do órgão central de Controle Interno sobre as Contas do exercício de 2025.	Atividade imposta por determinação legal (IN TCE nº 68/2020) Risco: Desconformidade da prestação de contas; Inconsistências ou irregularidades na gestão dos recursos sob responsabilidade dos ordenadores de despesa, nas demonstrações contábeis e nos relatórios financeiros. Não aprovação ou aprovação com ressalvas das contas pelo TCEES. Possibilidade de notificação ou citação dos ordenadores de despesa. Relevância: Regularidade das contas; aderência às normas emanadas pelo TCE/ES.	Janeiro a março/2026	01
2	Análise mandatória: Avaliação e conferência de 03 Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, publicados quadrimestralmente.	Analisar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, quanto a conformidade com os normativos vigentes dos valores apresentados, assim como se os percentuais estão dentro dos limites estabelecidos na LRF; avaliar a situação fiscal do Poder Judiciário.	Atividade imposta por determinação legal (art 54 e 59 da LRF) Risco: Gestão Fiscal desequilibrada; superação dos limites de gastos com pessoal impostos pela LRF, o que impõe restrições ao órgão. Responsabilização dos gestores. Desconformidade nas informações apresentadas no relatório. Comprometimento da transparência. Relevância: Controle da gestão fiscal e dos gastos com pessoal; saúde financeira do órgão; regularidade das contas e do cumprimento da LRF;	Janeiro, maio e setembro/2026	01

3	Análise mandatória: Auditoria nas Contas de 2026	Verificar a regularidade da gestão orçamentária, financeira e contábil, com base em pontos de controle sugeridos pelo Tribunal de Contas Estadual, para subsidiar o parecer conclusivo sobre as Contas de 2026.	<p>Atividade imposta por determinação legal (IN TCE nº 68/2020)</p> <p>Risco: Possíveis falhas nas operações orçamentárias, contábeis e financeiras; parecer adverso das contas; não aprovação ou aprovação com ressalvas das contas pelo TCEES; citação dos ordenadores de despesa.</p> <p>Relevância: Permitir a correção de eventuais inconformidades nas contas durante o exercício; subsidiar a auditoria com elementos e informações para emitir opinião por meio do Parecer Conclusivo sobre a Prestação de Contas de 2026.</p>	março a dezembro/2026	01
4	Auditoria de conformidade: Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário: Atendimento à Resolução CNJ nº 400/2021.	Avaliar o estágio de implementação da Resolução CNJ nº 400/2021, referente à Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário.	<p>Risco: Desconformidade com o regulamento do CNJ, podendo resultar em questionamentos, determinações ou penalidades; inobservância dos critérios de sustentabilidade; dano à reputação do TJES; gastos desnecessários por falta de gestão de consumo.</p> <p>Relevância: Economicamente, o trabalho se justifica pelo potencial de combate ao desperdício e de redução de custos operacionais com insumos básicos, promovendo a economicidade do gasto público. Em termos de Governança, a avaliação assegura o cumprimento de uma norma do CNJ, o que protege os gestores do Tribunal de questionamentos e responsabilizações por falhas na implementação da Política de Sustentabilidade. Por fim, institucionalmente, contribui para a preservação do meio ambiente e fortalece a imagem institucional do TJES perante a sociedade, demonstrando o compromisso com a responsabilidade socioambiental.</p>	fevereiro a maio/2026	01

5	Auditoria de conformidade: Planejamento, Execução e Monitoramento de Obras no Poder Judiciário: Atendimento à Resolução CNJ nº 652/2025.	Avaliar o estágio de implementação da Resolução CNJ nº 652/2025, referente ao planejamento, execução e monitoramento das obras no PJES.	<p>Risco: Desconformidade com o regulamento do CNJ, podendo resultar em questionamentos, determinações ou penalidades; Falha no planejamento e monitoramento das obras, resultando em aditivos excessivos, sobrepreço, paralisação de obras ou atrasos; atrasos ou falha na entrega da infraestrutura judicial, afetando a prestação jurisdicional e condições de trabalho.</p> <p>Relevância: O trabalho possui relevância devido ao foco no aprimoramento da qualidade do gasto público, visto que obras e serviços de engenharia envolvem valores significativos. A correta gestão é relevante para a melhoria das condições de trabalho e, consequentemente, da prestação jurisdicional. Em termos de Governança, o trabalho assegura o cumprimento de norma do CNJ, protegendo os gestores de questionamentos ou responsabilizações e fortalecendo a imagem institucional do Tribunal.</p>	Fevereiro a maio/2026	01
6	Auditoria Coordenada CNJ: Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente. Resolução CNJ nº 433/2021.	Avaliar o estágio de implementação e a efetividade das ações voltadas à Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente, identificando boas práticas, desafios e oportunidades de melhoria na governança, gestão e monitoramento	<p>Risco: Ausência de mecanismos adequados de governança ,planejamento, estruturação técnica, cooperação institucional, destinação de recursos e avaliação das ações voltadas à implementação da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente, em desconformidade com as diretrizes da Política, podendo resultar em baixa efetividade na jurisdição climático-ambiental, além de comprometer a capacidade do Poder Judiciário de contribuir de forma consistente para a governança climática nacional e para</p>	março a julho/2026	01

		da atuação, com vistas a subsidiar decisões estratégicas e promover maior integração e eficiência na atuação na proteção ambiental pelo Poder Judiciário.	a proteção dos direitos intergeracionais ao meio ambiente. Relevância: A efetiva implementação da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente é relevante diante da natureza do direito ambiental, que exige respostas institucionais céleres e eficazes, capazes de assegurar decisões efetivas diante de situações que podem gerar danos de difícil reparação e de grande impacto coletivo.		
7	Auditoria operacional e conformidade: Gestão de bens móveis no Poder Judiciário.	Avaliar a gestão de bens móveis no Poder Judiciário, verificando a conformidade do inventário, economicidade e eficiência na utilização e guarda dos ativos.	Risco: A falha no controle e gestão dos ativos aumenta a exposição do órgão a desperdícios de recursos públicos, fraudes, extravios ou desvios, impactando diretamente a integridade dos registros contábeis e a precisão do Balanço Patrimonial; risco de ressalvas ou rejeição das contas do Tribunal. Relevância: Contribuir para a eficiência e a economicidade na aplicação dos ativos do Tribunal, mediante a identificação de pontos de melhoria nos processos e a prevenção do desperdício de recursos públicos. O trabalho visa colaborar para a confiabilidade dos dados contábeis e patrimoniais e atua como instrumento de proteção dos gestores contra futuras responsabilizações por falhas no controle de inventário, alienação ou desvio de ativos.	junho a outubro/2026	01

8	Análise mandatória: Emissão de parecer de regularidade sobre as nomeações provenientes de concurso público de servidores e magistrados, haja vista a exigência da Instrução Normativa do Tribunal de Contas Estadual TC nº 38/2016 e alterações.	Opinar acerca da regularidade das nomeações provenientes de concurso público.	Atividade imposta por determinação legal (art §3º do art. 9º, da Instrução Normativa do Tribunal de Contas Estadual, TC nº 38/2016).	Janeiro a dezembro/2026	01
9	Análise mandatória:: Emissão de parecer de regularidade da execução e homologação de concurso público, haja vista a exigência da Instrução Normativa do Tribunal de Contas Estadual TC nº 38/2016 e alterações.	Opinar acerca da regularidade da realização e homologação de concurso público realizado.	Atividade imposta por determinação legal (art §3º do art. 9º, da Instrução Normativa do Tribunal de Contas Estadual, TC nº 38/2016).	Janeiro a dezembro/2026	01